

## **NEOLIBERALISMO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: INFLUÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO**

Geisa Candida da Silva Gonçalves  
Universidade Federal de Uberlândia  
geisa.goncalves@ufu.br

Lucia de Fátima Valente  
Universidade Federal de Uberlândia  
valentelucia@yahoo.com.br

O neoliberalismo preconiza o mercado livre e o Estado mínimo, contrário ao Estado de bem-estar social, que defende a intervenção estatal na economia e nos direitos sociais. Adotado por Ronald Reagan nos Estados Unidos, Margaret Thatcher na Inglaterra e Fernando Henrique Cardoso (FHC) no Brasil, esse sistema gerou privatizações, desregulações e cortes de gastos públicos. É criticado por afetar a democracia e a justiça social, enquanto seus opositores defendem o Estado como regulador, provedor e estimulador do desenvolvimento.

Já o Estado, organização política que regula as relações sociais, possui diferentes teorias e formas históricas. A teoria liberal o vê como um mediador neutro que busca o bem-estar social, enquanto a marxista vê o Estado como um instrumento de dominação de classe. O Estado de bem-estar social se originou após a Segunda Guerra Mundial e se baseou na sua maior atuação na economia e nos direitos sociais. O Estado neoliberal apresenta suas primeiras experiências na década de 1970 se apoiando na redução do papel do Estado e na valorização do livre mercado.

Neste trabalho, discute-se como o neoliberalismo compromete a qualidade da educação, ao diminuir o papel do Estado e favorecer o mercado, gerando impactos negativos nos direitos sociais, como a privatização, a desigualdade e a mercantilização da educação. O neoliberalismo debilita o Estado e o torna dependente do mercado ao privatizar serviços públicos e cobrá-los dos cidadãos. Além disso, há concentração de informação e capital pela elite que controla a sociedade e impõe suas políticas. O Estado perde sua função social e deixa de garantir direitos que devem ser universais.

No Brasil, a economia cria desigualdades que afetam os direitos sociais. O Estado deve mitigar essas diferenças através de políticas públicas, enquanto a sociedade cobra soluções. Esse diálogo é vital para políticas que beneficiem a população e promovam igualdade de oportunidades.

A política, como arte de governar, considera poder, leis, decisões e objetivos comuns. No Brasil, o desafio é reduzir as desigualdades sociais que afetam a renda e os direitos. O Estado deve implementar políticas públicas para inclusão, proteção, educação e saúde de todos. Contudo, o Estado brasileiro tem falhado nesse aspecto.

As políticas públicas buscam o bem-estar coletivo e o progresso social. Para que elas funcionem, é preciso que sejam contínuas e fiscalizadas, com a participação dos cidadãos em todas as fases. As políticas educacionais são importantes para a inclusão e a justiça social, pois formam cidadãos críticos e conscientes.

Segundo Dourado (2007), a educação é uma prática social que reflete e molda as relações sociais. Caracterizada por conflitos e processos, ela representa diferentes visões de homem, mundo e sociedade. A educação é um processo de socialização cultural, historicamente antropogênico. A escola é um local para a produção e apropriação do conhecimento, onde políticas e processos são organizados para a formação.

A educação no Brasil luta contra a desvalorização do cidadão, refletida na escassa participação social nas políticas públicas. Os interesses das elites frequentemente prevalecem, e os partidos políticos se distanciam das necessidades populares. Além disso, o país enfrenta desafios sociais, como a falta de educação pública de qualidade e obstáculos ao ingresso universitário. A educação e a política estão intrinsecamente ligadas à globalização contra hegemônica (Afonso, 2003).

Na lógica neoliberal, a educação é entendida como mercadoria e a escola é o lócus para disseminar sua ideologia. Isso é privatizar direitos sociais e negar o coletivo (Chauí, 2019; Ianni, 1998). A educação, que deveria formar cidadãos críticos, torna um treinamento para o mercado. Freitas (2018) explica que o neoliberalismo impõe políticas de privatização, padronização e avaliação empresarial à educação brasileira, desviando-a de seu propósito público e democrático. Freitas (2018) também questiona a ideia neoliberal de que a escola possibilita mais oportunidades aos jovens, ignorando a realidade socioeconômica do país. Nesse modelo, educação e economia estão

interligadas e, Araújo e Almeida (2010) completam que o Estado interfere nas instituições educacionais e nos sujeitos que as fazem.

A educação brasileira também enfrenta a interferência da “nova direita” neoliberal, que quer diminuir o Estado e aumentar o mercado na educação, além de restringir a liberdade dos professores e a diversidade dos estudantes com movimentos como o “Escola sem Partido” e a “Reforma da Educação”. O setor empresarial apoia essa agenda que visa adequar o ensino ao mercado de trabalho. Isso prejudica a educação pública e o direito a ela, como ocorreu na reforma do governo FHC. A população também não vê a educação como formação cidadã, mas como meio de obter um emprego melhor. Essa visão foi estimulada pelo governo FHC, que tratou a educação como mercadoria e o indivíduo como empreendedor.

A educação é um instrumento de transformação social e cidadania, que forma pessoas críticas, éticas e conscientes e, segundo Dale (2004), trata-se de um ato político que emancipa os sujeitos e não uma prática de opressão e alienação. Por isso, a educação deve desenvolver os sujeitos integralmente, habilitando-os para exercer seus direitos e deveres, produzir e difundir conhecimento científico e defender a democracia. Além disso, a educação é um direito de todos e um dever do Estado, que deve assegurar uma educação pública de qualidade, gratuita e laica, baseada na igualdade, na diversidade e no respeito. A Constituição também estabelece a educação como o meio para o desenvolvimento pleno do cidadão, para a cidadania e para o trabalho.

Em suma, o neoliberalismo quer menos Estado e mais mercado, o que prejudica a educação que torna um serviço pago e mercantilizado e não um direito social. O Estado deixa de garantir uma educação pública e passa a responsabilidade para o setor privado ou para entidades não-estatais. Tal situação gera efeitos negativos na sociedade, como desigualdade, precarização, alienação e despolitização. A educação que deveria formar pessoas críticas e livres, se adapta ao mercado.

É crucial combater o neoliberalismo, promovendo justiça social e educação pública de qualidade para todos. Isso envolve autonomia pedagógica e um ambiente educacional democrático que fomente diálogo e formação de opiniões. Movimentos sociais são fundamentais nessa luta, defendendo os direitos da população, apesar da violência estatal e conservadora. A resistência ao neoliberalismo valoriza esses movimentos, mesmo diante de criminalização e repressão.

Porém, apesar do neoliberalismo e do conservadorismo no Brasil, há esperança na educação e nos movimentos sociais. É preciso fortalecer a democracia, a participação popular e a diversidade para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. As minorias devem lutar por seus direitos e ocupar espaços políticos e sociais.

## Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 22, p. 35-46, Jan/Fev/Mar/Abr 2003.

ARAÚJO, Denise Silva; ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. de. Políticas Educacionais: refletindo sobre seus significados. **Revista Educativa: Revista de Educação**, Goiânia, v. 13, ed. 1, p. 97-112, jan/jun 2010. DOI <https://doi.org/10.18224/educ.v13i1.1247>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1247>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo**. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, ed. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 1 abr. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, ed. 100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IANNI, Octavio. **Neoliberalismo e nazi-fascismo**. Crítica Marxista, Campinas, 1998.